

059

16/XII/1942

JOR

Fundadores: Aníbal de Moraes, Manuel Vaz de Miranda Dr. José Arroio

Redacção, Administração e Oficinas: AVENIDA DOS ALIADOS, 144, 148.

Telefones: P. B. X. — 7313 7314-7315. Estado, 16 Filial em Lisboa:

Rua da Misericórdia 17-1.º andar. Telefone: 22 269. Estado, 325

Endereço telegráfico: NOTICIAS—Porto. Editor: CARLOS ROCHA

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

A propósito do "Socôrro do Natal"

A medida que o Natal se aproxima, vão crescendo os actos de consideração, como se a vista do Presépio despertasse sentimentos adormecidos no coração dos homens.

Talvez que assim seja. Talvez que as palhas da mangedoura de Belém façam lembrar os tugúrios da nossa terra e o remorso colectivo se desenranhe num regatozinho de ouro, a reconfortar a consoadá dos pobres. Ainda bem que assim é.

Mas o «Socôrro do Natal» que em tão boa hora se organizou no intuito de tornar mais rendosa a «caridade» portuguesa, sugere-nos algumas considerações que não serão de todo descabidas nesta hora de exame universal de consciência, e de reforma completa de vida.

O dinheiro — ou o capital, se quisermos — é um bem que se produz e não se consumiu. É uma riqueza armazenada que tem por função tornar possível, mais fácil produção de riquezas novas. Todo o progresso material depende fundamentalmente da forma como a riqueza poupada se puder aplicar na produção de mais abundantes riquezas.

A frase, já hoje consagrada, de «produzir e poupar» só tem sentido verdadeiramente económico se lhe acrescentarmos «para mais e melhor produzir». É por isso que o capital dispendido em objectos de mero luxo perfeitamente dispensáveis é um atentado contra o progresso da economia nacional, porque diminua a armazenagem de riquezas que deveriam ser consumidas pela produção, para a produção.

Procederíamos, portanto, muito mais acertadamente aplicando a nossa fortuna em montar uma indústria nova ou em comprar maquinaria que tornasse possível um maior rendimento da cultura agrícola, do que em distribuí-la pelos amigos ou gastá-la em escusados desmandos de luxo e de prazer. Quanto mais se gastar, menos há armazenado do que sobrou ao consumo, menos se pode no futuro produzir. O luxo, os gastos escusados, depauperam, portanto, a Nação.

O mesmo se pode evidentemente dizer da esmola. A esmola é capital que sobrou, que poderia vir a ser aplicado em novas produções, mas que foi consumido por quem não tem nada de seu para consumir. Económicamente a esmola é uma ruína, porque é um consumo em pura perda.

Todos nós consumimos enquanto vivemos. Mas devemos consumir para podermos produzir. E só nos torna-

mos úteis à sociedade quando realmente produzimos maior valor do que aquêles que consumimos. Há no entanto na vida aquêles que só consomem, porque ou ainda não podem produzir ou deixaram de o poder fazer: as crianças, os doentes e os velhos. Com estes temos sempre de contar.

Se juntarmos, porém, a estes os que não podem produzir porque outros motivos disso os impedem — a falto dos desempregados, dos defectuosos físicos, dos depauperados — é evidente que será necessário consumir maior soma de capital para os sustentar. Esse capital não vai proporcionar-lhes meios de produzir, mas apenas de continuar a viver. E como a necessidade de viver é de todos os dias, será necessário distrair diariamente para o efeito, uma parte da riqueza produzida. Essa riqueza, passados meses ou anos, serviria para grandiosos empreendimentos se tivesse podido ser poupada.

Por outro lado, os que nada produzem por culpa alheia e não por exigência da natureza, e só consomem o que pelos outros foi produzido ou amealhado, não podem evidentemente consumir o necessário para a manutenção da sua saúde. Passam muita vez fome, não têm agasalho suficiente, estão privados dos mais elementares meios de vida e de educação. Aumentam nêles portanto as doenças e o depauperamento, quere-

dizer, a necessidade de consumir cada vez maior soma de riquezas.

Chegamos assim inevitavelmente a um duplo círculo vicioso: a miséria gera a miséria, e quanto maior fôr a miséria, maior será o empobrecimento colectivo pela necessidade de empregar no consumo quantidade sempre crescente de capital.

É por isso que um país em que se procure remediar a miséria por meio da esmola — particular ou oficial — é um país que se depauperou, pelo menos, tem entravado seriamente o progresso.

O «Socôrro do Natal» é necessário. É tão necessário como êle é o auxílio diário a prestar a tanto desgraçado que anda para aí cheio de doenças ou de fome. O pobre, porque é homem, tem direito à vida. E se não pode por si próprio prover à sua subsistência, esse encargo recai sobre aquêles que têm mais do que o necessário para viver.

Mas, sob pena de crescente empobrecimento colectivo, urge resolver o

problema doutra maneira. A esmola nada resolve quando os necessitados são em grande número. Se outras forças não reagissem em sentido contrário, um dia apareceriam todos em necessidade.

Todo o esforço particular e colectivo deveria ser, portanto, orientado por um lado no sentido de tornar possível o trabalho do maior número dos que hoje não trabalham, e por outro lado no sentido de que o trabalho próprio proporcione meios suficientes de vida. Dar em salário que depois se tem de dar em esmola não só é um acto de justiça mas também uma atitude de previdência e de boa economia. Os que hoje são miseráveis amanhã deixariam de o ser, manteriam o consumo em proporções mais altas, fomentariam o progresso, porque teriam forças para trabalhar, e garantiriam a remuneração do trabalho alheio porque poderiam adquirir o que se vai produzindo.

Urge, portanto, pedir menos assistência e mais justiça. Urge compreender a função social do capital de forma a que seja encaminhado para uma melhor produção, a-fim-de-que haja mais, para que o que houver chegue para todos.

Não queremos, com isto, estancar a generosidade alheia nem a própria numa época tão santa como a do Natal. Desejariamos apenas esboçar a solução dum problema grave que precisa de urgente remedio, demonstrando que a assistência não é a chave do enigma e que a teimarmos neste caminho, marchamos em sentido ruinoso.

ABEL VARZIM